

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES
CONCIDADES
REALIZADA NOS DIAS 09/05/2007 E 10/05/2007

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e sete, às nove horas e trinta minutos, na Sala Monumental, do Gran Bittar Hotel, situado no SHS – Setor Hoteleiro Sul – na Quadra 05, Bloco A, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a décima segunda Reunião Ordinária do Conselho das Cidades(ConCidades), sob a presidência do Senhor Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida. Estavam presentes 118 Conselheiros, sendo 79 titulares e 39 suplentes, conforme Anexo I; os titulares foram representados por 11 de Poder Público Federal, 08 do Poder Público Estadual, 10 do Poder Público Municipal, 25 de Entidades dos Movimentos Populares, 07 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, 04 de Entidades Não Governamentais. O Presidente saudou a todos e deu início à décima segunda reunião. Na seqüência passou à composição da Mesa Coordenadora dos Trabalhos, convocando a Sra. Eleonora Mascia (ANEAC) das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, o Sr. Ricardo Gouveia (Fundação Bento Rubião) das Organizações Não Governamentais, a Vereadora Neusinha Santos (FENAVRU) do Poder Público Municipal e o Sr. Saulo Manoel da Silveira (UNMP) do Movimento Popular. Após a composição da Mesa, o Presidente submeteu à votação, as atas da décima primeira Reunião Ordinária e da segunda Reunião Extraordinária do ConCidades. Os documentos sofreram correção e foram aprovados por unanimidade. Em seguida, foi apresentada a seguinte pauta: 1. Informes dos Comitês; 2. Lançamento de Publicações; 3. Plano Plurianual – PPA 2008/2011 e Execução Orçamentária 2007. 4. 3ª Conferência Nacional das Cidades. 5. Votação de Resoluções. Na seqüência, o Presidente passou a coordenação dos trabalhos ao Sr. Elcione Diniz Macedo, Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, que, depois de haver verificado o quorum, colocou em votação a proposta de pauta apresentada, sendo aprovada por unanimidade. Logo depois, o Sr. Ubiratan Félix, da FISENGE, fez a entrega solene de um DVD do VII Congresso Nacional de Engenheiros ao Presidente do Conselho. Na continuação dos trabalhos, encaminhou-se o primeiro ponto de pauta. 1. Informes dos Comitês Técnicos. O Sr. Benny Schasberg, Secretário Nacional de Programas Urbanos, assumiu a palavra para apresentar o relato do Comitê Técnico de Planejamento e Uso do Solo Urbano. Informou que a tramitação do Projeto de Lei 20/2007 (Lei de Parcelamento do Solo e Regularização Fundiária) está parada no Congresso Nacional. Considerando a relevância da matéria, o Comitê discutiu a necessidade de acelerar seu andamento. Comunicou que a Medida Provisória 335, referente à agilização da regularização fundiária em terras da União e ao estabelecimento dos procedimentos para destinar áreas vazias do INSS e terras da União ociosas para fins de programas habitacionais de interesse social, foi aprovada na Câmara dos Deputados e agora está na pauta do Senado Federal. Informou também sobre a proposta de modificação da Instrução Normativa 01, da Secretaria do Tesouro Nacional, que trata das condições para que os Estados e Municípios tenham acesso aos recursos do Orçamento Geral da União para os programas voltados ao desenvolvimento urbano. A proposta é flexibilizar a exigência de comprovação de titulação, por parte dos Municípios ou Estados, nos processos de urbanização de favelas. Por último, deu o informe sobre um projeto, proposto pelo MCidades, que trata de uma política de assistência técnica e capacitação para o planejamento e gestão urbana participativa, que visa subsidiar a efetiva implementação de todos os Planos Diretores aprovados no

Brasil, bem como fazer o planejamento do ordenamento territorial de áreas urbanas afetadas por empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para dar continuidade aos informes, o Sr. Luiz Carlos Bertoto, Secretário Substituto da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, relatou o que foi discutido no Comitê Técnico de Transporte e Mobilidade Urbana. Informou sobre o balanço feito no Comitê em torno das obras da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e do Corredor Tiradentes em São Paulo, vinculadas ao PAC. Discutiu-se, ainda, as questões qualitativas do PPA e foi agendada uma nova reunião para continuar a discussão do Plano, como também para tratar da reorganização interna do Comitê. Comunicou o início da distribuição do material do “Programa Brasil Acessível” para todos os municípios do país e sua divulgação e discussão nas faculdades de Arquitetura. Para complementar os informes, o Ministro Marcio Fortes de Almeida fez uso da palavra. Relatou que o Anteprojeto de Lei da Mobilidade Urbana está pronto para ser enviado ao Congresso Nacional, faltando apenas a formalização do envio. Quanto à discussão do barateamento de tarifas de transporte urbano, ressaltou que o andamento da questão foi interrompido no ano passado, devido ao pleito eleitoral, mas foi retomado esse ano. Tendo em vista que o PAC absorveu recursos de vários programas no primeiro semestre de 2007, foi proposta a criação de um projeto piloto de barateamento de tarifas em uma região metropolitana até que a execução orçamentária permita a ampliação para as demais regiões. Na seqüência, a palavra foi transferida ao Sr. Sérgio Antônio Gonçalves, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, para fazer o relato do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental. Informou que a minuta de proposta de regulamentação da Lei do Saneamento foi debatida. Comentou a apresentação do Programa “Saneamento Para Todos”, que disponibilizará recursos para financiamento público, privado e de sociedades de propósitos específicos na área de saneamento. Relatou a instalação do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Recomendada 32 do ConCidades. O grupo se reuniu durante toda a manhã do dia 08/05/07 e preparou uma proposta de planejamento de ações para organização da Campanha Nacional de Sensibilização para Mobilização dos Planos de Saneamento Básico. A proposta foi apresentada e aprovada no Comitê Técnico. Por fim, ressaltou a aprovação da formação de um Núcleo Gestor dos Planos de Saneamento que deverá trabalhar em conjunto com o Núcleo Gestor dos Planos Diretores na elaboração de um cronograma de capacitação e sensibilização dos Estados para toda a questão do Saneamento. Encerrando o primeiro ponto de pauta, a Sra. Inês da Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação, fez o relato do Comitê Técnico de Habitação. Informou que foi apresentada a sistemática de contratação para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) para 2007, com o recebimento de Cartas Consulta até o dia 04 de junho. Também foram feitos informes sobre o Plano Nacional de Habitação e sobre o processo de pactuação com Estados e Municípios em torno do PAC. Relatou que o Ministério das Cidades entrou com ação para suspender os efeitos do Acórdão do Tribunal de Contas da União que coloca uma série de exigências à contratação dos Programas Habitacionais. Informou ainda que o Conselho da Caixa Econômica Federal aprovou a divisão da Gerência Nacional de Habitação em uma Gerência de Habitação de Mercado e outra Gerência de Habitação de Interesse Social, o que vai ao encontro de uma reiterada proposta do ConCidades. Foi também criada uma Gerência Nacional de Assistência Técnica. Por último, comunicou a realização de uma discussão sobre a nova Resolução do Conselho Curador do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) que altera a metodologia de cálculo do subsídio do FGTS. Na seqüência dos trabalhos, encaminhou-se o segundo ponto de pauta. 2. Lançamento de Publicações. O Coordenador anunciou o lançamento das publicações: Financiamento das Cidades e Instrumentos Fiscais de

Política Urbana e Experiências de Habitação de Interesse Social, viabilizadas pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades, com o apoio da Federação Nacional de Arquitetos, da Caixa Econômica Federal(CEF) e do Deputado Federal Zezéu Ribeiro. No ato de lançamento, fizeram uso da palavra o Sr. Ângelo Arruda, Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos, o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, Deputado Zezéu Ribeiro, e o Vice-Presidente da CEF, Jorge Hereda. Destacaram a relevância que o tema da Assistência Técnica, abordado nas publicações, tem adquirido nos últimos anos, deixando de ser uma questão assistencialista e marginal no conjunto das ações voltadas para o desenvolvimento urbano e passando a ser uma política de governo que caminha para se consolidar enquanto política de Estado, com uma série de iniciativas no Legislativo e Executivo. Logo após, passou-se ao terceiro ponto de pauta. 3. Plano Plurianual – PPA 2008/2011 e Execução Orçamentária 2007. Iniciou-se a discussão dos objetivos estratégicos do Ministério das Cidades dentro da proposta do PPA de 2008 a 2011. O Coordenador informou que a nova dinâmica de definição dos objetivos estratégicos deve ser feita em conjunto com os Conselhos e Conferências. Como resultado das contribuições do MCidades e do Grupo de Trabalho de Orçamento do ConCidades, foi elaborado o documento “Objetivos Setoriais do Ministério das Cidades”, que estabelece os objetivos e ações do órgão para o PPA. O texto foi discutido pelo plenário e após sofrer alterações, foi votado e aprovado para ser encaminhado à sistematização pela comissão especialmente formada por técnicos de orçamento e representantes das Secretarias do MCidades e ainda por dois membros do ConCidades. Em seguida, apresentou-se o quarto ponto de pauta. 4. 3ª Conferência Nacional das Cidades. Foi lido e debatido o Texto Base da 3ª Conferência, elaborado pela Comissão de Redação. Após extensa discussão, o documento sofreu alterações e foi votado e aprovado por unanimidade (ver Caderno I da 3ª Conferência Nacional das Cidades). Logo após, a proposta de logomarca da 3ª Conferência Nacional das Cidades foi apresentada e aprovada com as ressalvas de aumentar a visibilidade da frase: “Avançando na Gestão Democrática das Cidades”, e verificar a possibilidade de incluir o recorte de gênero e a representação dos portadores de deficiência física. Na seqüência, o Sr. Miguel Lobato (MNLM) assumiu a palavra para expor a situação do processo de lançamento da 3ª Conferência. A idéia é fazer o evento em rede nacional com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para isso está se buscando a compatibilização de sua agenda. Caso não seja possível adiar mais, a alternativa é tentar lançar com o Ministro em cadeia nacional e em horário nobre. Em seguida informou que o Plano de Comunicação foi aprovado pela Coordenação Executiva e encaminhado para licitação. O Plano de Mobilização será construído na próxima reunião da Comissão de Mobilização e assim que terminado será encaminhado a todos. Solicitou aos Conselheiros que acompanhem a realização das Conferências nos seus Estados. O Sr. José Aparecido Leite (CMP) solicitou que fosse registrado que em Curitiba terão problemas na realização da Conferência Municipal e enviarão recurso. Na seqüência, foi apresentada e debatida a proposta de alteração do Regimento da 3ª Conferência, no sentido de permitir que Municípios com mais de vinte mil habitantes também pudessem eleger delegados para Conferências Estaduais por meio das Conferências Regionais. Outra alteração proposta foi de se criar o segmento de “Conselhos Profissionais”, passando de seis para sete segmentos da Conferência. Ao término da votação, aprovou-se a não alteração do Regimento. A continuação dos trabalhos se deu com a condução do quinto ponto de pauta. 5. Votação de Resoluções. O Coordenador apresentou a proposta que define o prazo para homologação das resoluções do Conselho das Cidades. Após sofrer alterações, o texto foi aprovado por unanimidade. A segunda proposta apresentada recomendava que fossem feitas gestões

junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a suspensão do processo de reintegração de posse de imóvel pertencente à Companhia Nacional de Abastecimento, localizado em Recife. A Resolução foi votada e aprovada por unanimidade. Na seqüência, foi lida a proposta de constituição de Grupo de Trabalho para integrar ações de assistência técnica e capacitação. Depois de votada, foi aprovada por unanimidade. Na continuidade dos debates, foi discutido o texto que propunha a constituição de um Grupo de Trabalho para monitoramento das ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O documento foi votado e aprovado por unanimidade. Em seguida, foi apresentada a proposta de que a seleção do Projeto-Piloto de Investimentos – PPI, em nível federal, deveria ser feita com a participação dos segmentos da sociedade civil no ConCidades e que deveria definir percentual de recursos do PPI para Habitação de Interesse Social, que seriam acessados pelas associações comunitárias e cooperativas habitacionais. O texto foi debatido e após sofrer alterações, foi aprovado por unanimidade. Na seqüência foi lida a proposta que recomendava a divulgação dos Resultados da Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo – PDP. A matéria foi votada e aprovada por unanimidade. Posteriormente, leu-se o texto que recomendava ao Ministério das Minas e Energia e à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a alteração e prorrogação dos prazos estabelecidos na Resolução Nº. 253/2007, da ANEEL, e redefinição dos critérios, para atendimento de famílias de baixa renda, para concessão de tarifa social de energia. Após sofrer alterações, a matéria foi votada e aprovada por unanimidade. Foi ainda apresentado o texto que recomendava a instalação da Comissão Especial na Câmara dos Deputados para debater o Projeto de Lei de Responsabilidade Territorial. Com a ressalva de ajustes formais na redação, a proposta foi votada e aprovada por unanimidade. Por último, discutiu-se a proposta de Moção de apoio ao veto do Presidente da República à Emenda Nº. 03 do Projeto de Lei 6.272/05. Depois de sofrer alterações, o documento foi votado e aprovado por unanimidade. Ao final da discussão das resoluções, foi sugerida a data de 04,05 e 06 de Julho para realização da 13ª Reunião Ordinária do ConCidades. No encerramento dos trabalhos, o Coordenador saudou os presentes e agradeceu a presença de todos.

Marcio Fortes de Almeida

Presidente